



TERMO DE FOMENTO Nº 04/2020

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
E O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE
SANTANA DE PATOS

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, portador do CPF nº 001.482.701-82, Carteira de Identidade nº MG- 14.758.083 SSP – MG residente e domiciliado nesta cidade e o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS, inscrito no CNPJ sob o nº 22.228.126/0001-50, com sede na Rua Deoclecio de Matos, S/N, Distrito de Santana de Patos, município de Patos de Minas/MG, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela presidente VIVIANA PEREIRA SIEIRA, nacionalidade brasileira, portadora do C.P.F nº 006.096.816-80, Carteira de Identidade nº MG-7.803.699 PC/MG, residente e domiciliada a Rua Marcilio Simão, 255, bairro: Centro, Santana de Patos, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 7.800/2019, Lei Orçamentária Anual nº 7.894/2019, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 7.895/2019, Decreto 4.515 de 26 de setembro de 2018, que delega competência para expedir atestado de funcionamento Decreto 4.366/2017 na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante ao processo administrativo nº 1.946 de 31 de janeiro de 2020 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (Contribuições) para cobrir despesas de transporte de estudantes e universitários, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;



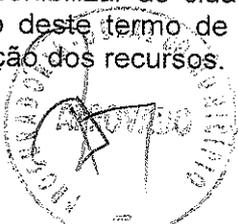
Sieira
M
Almeida



- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



Assina
M
ARIMA



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) correndo a despesa à conta da dotação orçamentária/01.10.01.00.12.364.0007/20448, UG 01.10.01.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme discriminação abaixo:

Função: 12, Subfunção: 364, Programa: 0007, Despesa: 3.3.50.41.0000 – Contribuições Fonte: 01.0000.0000.0000 Recursos ordinários. (1.982)

O valor deverá ser dividido em 02 parcelas:

1ª Parcela: R\$ 28.560,00 (vinte e oito mil e quinhentos e sessenta reais).

2ª Parcela: R\$ 24.440,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e quarenta reais).

Conforme o plano de trabalho.

3.3 – Fica condicionada a liberação da parcela subsequente à prestação de contas da parcela anterior.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 57.214-4, Agência nº 0190-2, Banco do Brasil**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata



Assinatura
ARLIMA



instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

4.6 – No caso de contrapartida a OSC deverá efetuar o depósito referente ao valor da mesma na conta corrente da parceria, conforme plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único: Caso haja alteração no calendário letivo, deverá a OSC efetuar a devolução do recurso na parcela mensal.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no período compreendido entre a data do recebimento dos recursos financeiros pela entidade e o prazo estipulado na Cláusula Sexta, discriminando as despesas conforme estabelecido na cláusula primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante OSC

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

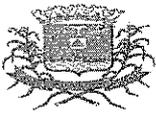
CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/12/2020**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.



Alma



6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

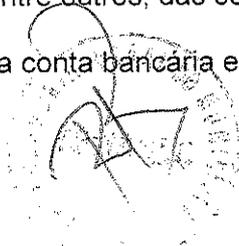
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;



Almeida
M
Almeida



- II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - os impactos econômicos ou sociais;
- III - o grau de satisfação do público-alvo;
- IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I - aprovação da prestação de contas;
- II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou



Quira
M
Arlemia



III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.



Alma
Alma



8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.





10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

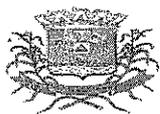
III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.



Abimá
Abimá



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patos de Minas, 27 de fevereiro de 2020.


MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

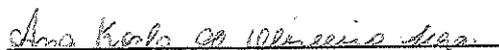
José Eustáquio Rodrigues Alves
Prefeito Municipal



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

Viviana Pereira Sieira

Testemunhas



Nome:

CPF: 143.479.486-35



Nome:

CPF:

Pollyana G. Silva Sousa
Gerente de Convênios
Matr. 21522





Ud

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

CNPJ: 22.228.126/0001-50

PLANO DE TRABALHO

Transporte de alunos universitários e cursos técnicos de Santana de Patos e localidades vizinhas.

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Nome CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS		CNPJ 22.228.126/0001-50	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Constância Nascimento, nº 780 – Santana de Patos			
Bairro Centro	Cidade PATOS DE MINAS	CEP 38.711-000	
E-mail da Instituição cdcsantanadepatos.mg@gmail.com		Rede social: https://www.facebook.com/profile.php?id=100010052885192	
Telefone 1 (34) 9.9790-7398	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	
Número da conta corrente: 57.214-4	Agência: 0190-2	Banco: Banco do Brasil	Operação:

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome VIVIANA PEREIRA SIEIRA		CPF: 006.096.816-80	
Nº RG MG-7.803.699	Órgão Expedidor SSP/MG	Cargo/Função PRESIDENTE	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) RUA MARCILIO SIMÃO, 255 - CENTRO			
Bairro SANTANA DE PATOS	Cidade PATOS DE MINAS	Período de Mandato 01/01/2020 A 01/01/2022	
Telefone 1 (34) 9.9790-7398	Telefone 2 (34)	Telefone 3 ()	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal e o Conselho a fim de viabilizar o transporte escolar de jovens Alunos de Curso Superior e Técnico do distrito de Santana de Patos e localidades vizinhas.	
Período de Execução 03/02/2019 a 31/12/2020	Nº de Beneficiários que serão atendidos 19 alunos
Abrangência Distrito de Santana de Patos e localidades Vizinhas	Valor recurso do Município(R\$) R\$ 53.000,00
	Valor contrapartida da OSC R\$ 1.320,00
	Valor total(R\$) R\$ 54.320,00

Rua Constância Nascimento, nº 780 - Centro Santana de Patos / Patos de Minas – MG, CEP 38.711-000 – FONE (34) 9.9790-7398

Artima Sieira

05

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

CNPJ: 22.228.126/0001-50

Justificativa

Garantir o transporte de alunos do meio rural a sede do município. O projeto visa garantir recursos para o transporte de alunos para curso superior e curso técnico uma vez que os mesmos não possuem recursos próprios para realização das despesas. A parceria se mostra necessária especialmente porque proporciona aos alunos a possibilidade de locomoção para que concluir seus estudos em curso superior e técnico.

Descrição do Projeto/Atividade

- **Breve histórico da OSC;**

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana de Patos, fundado em 28 de julho de 1998 é uma entidade, sem fins lucrativos, sede no distrito de Santana de Patos, na rua Constância Nascimento, 780 – Santana de Patos, Patos de Minas.

- **Principais ações na área de atuação;**

O CDC desenvolve trabalhos para o desenvolvimento da localidade de Santana e vizinhanças.

O Conselho possui sede própria, espaço onde realiza os seus projetos culturais e sociais. O trabalho é realizado de forma voluntária por membros do Conselho e moradores da localidade.

- **Perfil do público beneficiário da entidade (como: faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia);**

O público beneficiário são estudantes, cursando cursos superiores e técnicos, a renda de suas famílias é de aproximadamente 1 (um) salário mínimo e as condições de moradia desses estudantes é digna, porém, sem regalias ou luxo.

- **Capacidade de atendimento;**

A capacidade de atendimento do veículo é de 21 pessoas, com o motorista, esse número varia devido ao número de alunos matriculados nos cursos superiores e técnicos, contando atualmente com 19 alunos beneficiados.

- **Metodologia de trabalho:**

Há vários anos o CDC de Santana de Patos em convênio com o Município de Patos de Minas realiza o transporte de alunos do meio rural para Patos de Minas. Para a realização do transporte o conselho se reúne no primeiro momento para fazer a cotação de preços. Após é solicitado apoio ao Executivo Municipal. Terminada essa etapa o Conselho firma o convênio e contrata os serviços terceirizados. Na execução o CDC acompanha constantemente a realização do serviço e os alunos beneficiados. Realizado o transporte é efetuado o pagamento dos serviços prestados e logo posteriormente a cada etapa é realizada a prestação de contas.

4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Rua Constância Nascimento, nº 780 - Centro Santana de Patos / Patos de Minas – MG, CEP 38.711-000 –
FONE (34) 9.9790-7398

Arline Biviera

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

04

CNPJ: 22.228.126/0001-50

A entidade possui capacidade técnica de executar a parceria, isso pode ser comprovado por meio dos termos de fomento 30/2017, 06/2018, 04/2019 que foram executados e aprovados pelo Município.

5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)

OBJETO: Transporte escolar de Alunos de Curso Superior e Técnico do distrito de Santana de Patos e localidades vizinhas

OBJETIVO GERAL: Proporcionar aos alunos a possibilidade de locomoção para que concluir seus estudos em curso superior e técnico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- * Contribuir para a frequência escolar dos alunos que moram na zona rural e cursam o ensino superior e cursos técnicos;
- * Assegurar a esses alunos o acesso ao transporte evitando o êxodo rural;

5.2. Resultados esperados

Propiciar aos alunos do meio rural aperfeiçoamento escolar evitando o êxodo rural.

5.3. Metas

Realizar o transporte escolar para que 19 alunos tenham acesso à educação durante 11 (onze) meses, conforma cronograma do item 6.

5.4. Público beneficiário

19 alunos que estejam em curso superior e curso técnico, com idade de 17 a 30 anos.

5.5. Forma de execução das atividades

Recebimento dos recursos para contratação dos serviços, realização do transporte e pagamento. O transporte é feito em dias letivos da comunidade rural até o Município de Patos de Minas. A rota do transporte é feito pela Rodovia Federal 365 saindo de Santana de Patos às 17:45 horas, e pega os alunos na Rodovia na Região de Paraíso, Comunidade dos Vierias, Comunidade de Lanhosos e depois à Patos de Minas, passando na FPM, Sesec, Senac e Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

A execução do projeto será aferida por relatórios, demonstrativos fiscais de pagamento pelo CDC de Santana de Patos, lista diária dos alunos atendidos efetivada com as devidas assinaturas, calendário escolar, declarações de matrículas, contrato de serviço entre o Conselho e o prestador de serviço e tacógrafos para verificação da distância percorrida.

Arlima *Almeida*

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

CNPJ: 22.228.126/0001-50

05
de
12

5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal

6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

Etap a	Meta	Início	Término	Valores (R\$)
01	Transporte dos alunos/ mês fevereiro- 17 dias	03/02/2020	29/02/2020	4.760,00
02	Transporte dos alunos/ mês março- 22 dias	01/03/2020	31/03/2020	6.160,00
03	Transporte dos alunos/ mês abril- 18 dias	01/04/2020	30/04/2020	5.040,00
04	Transporte dos alunos/ mês maio- 20 dias	01/05/2020	31/05/2020	5.600,00
05	Transporte dos alunos/ mês junho- 20 dias	01/06/2020	30/06/2020	5.600,00
06	Transporte dos alunos/ mês julho- 5 dias	01/07/2020 30/07/2020	03/07/2020 31/07/2020	1.400,00
07	Transporte dos alunos/ mês agosto- 21 dias	01/08/2020	31/08/2020	5.880,00
08	Transporte dos alunos/ mês setembro- 21 dias	01/09/2020	30/09/2020	5.880,00
09	Transporte dos alunos/ mês outubro- 20 dias	01/10/2020	31/10/2020	5.600,00
10	Transporte dos alunos/ mês novembro- 20 dias	01/11/2020	31/11/2020	5.600,00
11	Transporte dos alunos/ mês dezembro- 10 dias	01/12/2020	14/12/2020	2.800,00

28,500
25,900

Obs: Foram contabilizados para cálculos os dias úteis, que poderá haver distorções quanto aos dias letivos dos cursos técnicos e acadêmicos. O custo diário do transporte é de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais). A distância do percurso são aproximadamente 100 Km. O valor de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) por quilometragem rodada. Podendo haver crescimento devido a fatores externos, tais como acréscimo no valor do combustível.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (RS)
Pessoal e Encargos Sociais	
Material de Consumo	
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	R\$54.320,00
Aluguel/Locação	
Materiais Permanentes e Obras	
TOTAL: R\$54.280,00	R\$54.320,00

6.1 Detalhamento das despesas

6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais

Item	Especificação/Nome	Cargo	Qtde/	Valor	Valor Total da
------	--------------------	-------	-------	-------	----------------

Rua Constância Nascimento, nº 780 - Centro Santana de Patos / Patos de Minas – MG, CEP 38.711-000 --
FONE (31) 9.9790-7398

Alina
Souza

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

06
João
M

CNPJ: 22.228.126/0001-50

			mês	mensal	despesa
	Subtotal				

6.1.2 Material de Consumo						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /produto	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01						
	Subtotal					

6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /profissional	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
1.3.1	Transporte dos alunos/ mês fevereiro- 17 dias	17 dias		280,00	4.760,00	4.760,00
1.3.2	Transporte dos alunos/ mês março- 22 dias	22 dias		280,00	6.160,00	6.160,00
1.3.3	Transporte dos alunos/ mês abril- 18 dias	18 dias		280,00	5.040,00	5.040,00
1.3.4	Transporte dos alunos/ mês maio- 20 dias	20 dias		280,00	5.600,00	5.600,00
1.3.5	Transporte dos alunos/ mês junho- 20 dias	20 dias		280,00	5.600,00	5.600,00
1.3.6	Transporte dos alunos/ mês julho- 5 dias	05 dias		280,00	1.400,00	1.400,00
1.3.7	Transporte dos alunos/ mês agosto- 21 dias	21 dias		280,00	5.880,00	5.880,00
1.3.8	Transporte dos alunos/ mês setembro- 21 dias	21 dias		280,00	5.880,00	5.880,00
1.3.9	Transporte dos alunos/ mês outubro- 20 dias	20 dias		280,00	5.600,00	5.600,00
1.3.10	Transporte dos alunos/ mês novembro- 20 dias	20 dias		280,00	5.600,00	5.600,00
1.3.11	Transporte dos alunos/ mês dezembro- 10 dias	10 dias		280,00	2.800,00	2.800,00
	Subtotal					R\$54.320,00

6.1.4 Aluguel/Locação					
Item	Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa

Rua Constância Nascimento, nº 780 - Centro Santana de Patos / Patos de Minas – MG, CEP 38.711-000 –
FONE (34) 9.9790-7398

Reina Suíça

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

CNPJ: 22.228.126/0001-50

07
Ato
W

Subtotal					

6.1.5 Equipamentos/materiais permanentes e obras						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde/material	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01						
02						
03						
Subtotal						

TOTAL GERAL	R\$54.320,00
-------------	--------------

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

REPASSE(S)

FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020
28.560,00					
AGOS/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	
24.440,00					

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a prestação de Contas.

Arlima *Guira*

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTANA DE PATOS

CNPJ: 22.228.126/0001-50



9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana de Patos o, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

30 DE JANEIRO DE 2020

Prisciana Luísa Suina

Assinatura do Representante Legal (Presidente)

Andréia dos Reis de Lima

Assinatura do Tesoureiro da OSC

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de

Fabiana

Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa

Fabiana Ferreira dos Santos
Secretária Municipal de Educação
Matr. 10376

Prisciana Luísa Suina

Secretaria Municipal de Governo

Secretário: Edno Oliveira Brito

Expediente

Termo de Fomento nº 04/2020, Organização da Sociedade Civil: Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana de Patos, Objeto: Tem por objeto o repasse de recursos financeiros (Contribuições) para cobrir despesas com o transporte de estudantes e universitários, Valor: R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), Vigência: 27/02/2020 a 31/12/2020. Patos de Minas, 11 de março de 2020. José Eustáquio Rodrigues Alves. Prefeito Municipal. Fone: (34) 3822-9645.

Secretaria Municipal de Saúde

Secretária: Denise Maria da Fonseca

Expediente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS MG torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preço nº 28/2020 decorrente do Procedimento Licitatório – Pregão Eletrônico 51/2019 da Prefeitura Municipal de Recife – PE, para aquisição de 01 (um) ULTRASSOM DIAGNÓSTICO COM APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA para ser utilizado na Clínica de Especialidades Médicas em atendimentos a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. Fornecedor. PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA Patos de Minas, 11 de março de 2020, José Eustáquio Rodrigues Alves/ Prefeito Municipal.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2020 – PROC. 58/2020. A Comissão de Pregão da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo ao interesse público, a eficácia do processo licitatório e ao questionamento recebido, retifica o edital do Pregão Eletrônico nº 32/2020 - registro de preços para futura e eventual aquisição de suplemento alimentar para cumprimento de mandados judiciais e câmara técnica. No edital: Onde se lê: no máximo 02 (duas) casas decimais; Leia-se: no máximo 03 (três) casas decimais. As novas datas ficam marcadas para: LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia 25/03/2020 às 12:00 (doze horas); ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia 25/03/2020 às 12:05 (doze horas e cinco minutos); ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 25/03/2020 às 13:00 (treze horas). As demais cláusulas e condições estabelecidas no edital permanecem inalteradas. Patos de Minas, 11 de março de 2020.

CONTEÚDO

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade de seus emissores: Órgãos Públicos, Entidades e, demais interessados. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, telefone: (034) 3822-9680 – Diretoria de Comunicação Social.

DIÁRIO OFICIAL DE PATOS DE MINAS

Endereço: Rua Doutor José Olympio de Mello, 151 – Bairro Eldorado – Patos de Minas/MG.
Telefone: (34) 3822-9680.

JOSÉ EUSTÁQUIO RODRIGUES ALVES
Prefeito Municipal

EDNO OLIVEIRA BRITO
Secretário Municipal de Governo

CAROLINA FILARDI TAFURI
MÁRCIA CHRISTINA DE S. O. CAIXETA
Diagramação

Órgão Oficial do Município de Patos de Minas, criado pela Lei n.º 7.687 de 28 de novembro de 2018 e regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 4.703, de 03 de outubro de 2019.